

# POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ponderações a partir do caso espanhol

Verônica Regina Müller<sup>1</sup>

Paula Marçal Natali<sup>2</sup>

Cléia Renata Teixeira de Souza<sup>3</sup>

Fabiana Moura Arruda<sup>4</sup>

## Introdução

Partindo do artigo intitulado “A formação do profissional da educação social: espectros da realidade” (MÜLLER et al, 2010) apresentado no XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL em 2010, continuamos nossa reflexão sobre a educação social no Brasil em especial no que se refere à formação de seus educadores e à necessidade de políticas públicas adequadas para o estabelecimento de uma educação de qualidade em espaços não escolares.

O tema já é corrente em vários lugares e na *internet* podemos detectar organizações que se comunicam a partir dessa identidade: El Portal de la Educación Social; Asociación Estatal de Educación Social (Barcelona); Asociación Internacional de Educadores Sociales; Asociación de Educadores Sociales del Uruguay; Rede de Educadores Sociais para a América Latina, dentre outras. No Brasil tivemos em 2010 o 3º Congresso Internacional de Pedagogia Social. Desde 2001, se realizam sem conexão nenhuma com os estudiosos deste Congresso, os Encontros Nacionais de Educação Social.

Faz-se necessário, portanto, o aprofundamento da problemática da educação social para que possamos tecer algumas considerações a respeito da formação dos educadores, com o intuito de buscar a implementação de

---

<sup>1</sup> Dra. em Teoria da História da Educação Social Contemporânea pela Universidade de Barcelona - Professora na Universidade Estadual de Maringá.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - Professora na Universidade Estadual de Maringá.

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - Professora na Universidade Estadual de Maringá.

<sup>4</sup> Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Maringá.

políticas públicas de educação com qualidade para além do contexto escolar, a partir de uma proposta comprometida com a efetivação dos direitos humanos e com a justiça social.

## **Panorama da educação social no Brasil**

Inicialmente a situação profissional da Educação Social no Brasil, segundo Muller et al (2010, p.453) pode ser revelada desta forma:

No Brasil os profissionais da educação social são dificilmente identificáveis e por conseguinte, quase que indefiníveis. O que se pode dizer é que na educação social trabalham pessoas cuja formação, em princípio, não interessa. Grande parte é voluntária. Essa é a condição para trabalhar: ter boa vontade. Há os que têm formação até universitária, mas é de qualquer curso. Essa pessoa trabalha ali porque passou em concurso público para outra função e agora lhe colocaram a trabalhar com educação social, sem mesmo conhecer essa terminologia. Ou, em caso diferente, a pessoa tem uma graduação de qualquer área, mas tem pós-graduação em curso sobre políticas da infância, ou políticas públicas, tem histórico de militante em movimentos sociais, se considera um educador social, mas ninguém mais o considera como tal. Essa pessoa não tem hoje a oportunidade de fazer um concurso na área da educação social, não pode ser remunerada como educador social, mesmo que seu trabalho assim se caracterize.

Assim, se mostra evidente a necessidade de iniciar a reflexão sobre a formação destes educadores que estão atuando com diversas populações. Esta atuação ocorre nos mais diferentes espaços da cidade como instituições de contra turno escolar, presídios, asilos, secretarias municipais, projetos vinculados ao Terceiro Setor, unidades de restrição de liberdade para adolescentes, entre outros espaços *preponderantemente educativos em suas propostas*, mas considerados não formais, porque estão fora do âmbito escolar. Trazemos um quadro que exemplifica o que afirmamos a respeito do serviço sócio-educativo na cidade de Maringá/PR, oferecido tanto por parte de instituições governamentais como não governamentais:

<b>SERVIÇO SÓCIO-EDUCATIVO NA CIDADE DE MARINGÁ</b>	
<b>INST. GOVERNAMENTAIS</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</b>
CIACA Alvorada	Desenvolve <b>atividades que auxiliam na formação de cidadãos</b> , pessoas de
CIACA Mandacaru	
CIACA Borba Gato	

CIACA Branca Vieira	direitos, estabelecidos e garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Ação voltada para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos.
CIACA FA Comunidade (estabelece parceiras com empresas da cidade)	
CIACA AABB Comunidade (estabelece parceiras com empresas da cidade)	
<b>INST. NÃO- GOVERNAMENTAIS</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</b>
Recanto Espírita Somos Todos Irmãos	Amparo às crianças e adolescentes carentes, com atividade de <b>apoio sócio educativo em meio aberto</b> ; Proteção à família, à infância, à maternidade, a adolescência e a velhice em ação de vulnerabilidade social, ações de habilitação e integração no mercado de trabalho.
CMJ - Creche Menino Jesus	Informação não disponível no site do CMDCA.
Casa Maternal Evangélica de Maringá	Tem por missão atender a crianças e adolescentes de 3 a 14 anos, em regime sócio educativo em meio aberto, defender integralmente a criança, libertando-a da pobreza física, econômica, social, espiritual, ou seja, proporcionando-lhes <b>assistência humana, religiosa, social, cultural, recreativa, educacional</b> e alimentar.
ABEC – Centro Social Marista	Contribuir para que as crianças, adolescentes, jovens e adultos despertem/ <b>cultivem potencialidades de serem atores na apropriação e na elaboração de saberes necessários ao próprio desenvolvimento.</b>
LBV – Centro Comunitário e Educacional	Oferecer serviços de proteção social gratuitos e permanentes aos usuários da assistência social e a quem dela necessitar, mediante conhecimento dos riscos, das vulnerabilidades sociais e pessoais a que estão sujeitos, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas à distribuição de bens e benefícios e a encaminhamentos, dando, assim, cumprimento à sua missão - <b>“Promover Educação e Cultura, com Espiritualidade, para que haja Alimentação, Saúde e Trabalho para todos, na formação do Cidadão Ecumênico”</b> , colaborando para a difusão dos artigos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; fazendo valer os direitos de cada indivíduo; bem

	como o conscientizando de seus deveres para com a sociedade.
APMIF - Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família de Maringá	<b>Apoio sócio-educativo</b> a adolescentes e jovens, bons alunos, oriundos de família de baixa renda, desde a 6ª série do Ensino Fundamental até a Conclusão do Ensino Superior.
Encontro Fraternal Lins de Vasconcelos	Assistência a famílias carentes e <b>inclusão social</b> aos seus membros.
Lar Escola da Criança de Maringá	Atender crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade pessoal e social, proporcionando-lhes condições de <b>desenvolvimento humano, educativo, cultural e profissional</b> , orientando-lhes para a participação no cumprimento de seus direitos e deveres na vivência da cidadania ativa.
Associação Civil Carmelitas da Caridade	Atendimento de proteção social básica, com apoio sócioeducativo para crianças e adolescentes (de 06 a 18 anos incompletos) em situação de vulnerabilidade social e apoio sociofamiliar no que concerne à preparação e formação profissional conforme os critérios da política nacional do menor de assistência social, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal. A entidade tem como objetivos sociais, congregar, dirigir e manter instituições que visem a beneficência, promoção humana e social das pessoas, <b>a educação, a capacitação para o trabalho, o ensino</b> , a evangelização e a assistência moral e espiritual.
Ação Social Santa Rita de Cássia	Informação não disponível no site do CMDCA.

\* Elaborado a partir do site: <http://www.cmdcamaringa.com.br/> (NATALI, 2009)

Diante deste quadro surgem os questionamentos: qual seria a formação apropriada para os profissionais cumprirem da melhor maneira sua função educativa nas instituições não escolares, mas que são também educativas? Que política deve ser implementada? Que instituições devem deixar de existir e as que seguem existindo, que objetivos e missão devem assumir? Que terminologias devem vir a público, já que travestidos pelo lugar do “não formal”, estes educadores no Brasil ainda estão invisíveis?

Natali (2009) assinala em sua pesquisa que em relação à atuação profissional, educadores de algumas dessas instituições compreendiam de

forma ambígua o objetivo de sua atuação profissional e priorizavam a aplicação de atividades práticas, não privilegiando o exercício reflexivo entre teoria e prática. Os educadores não se aprofundavam no conhecimento da realidade e da cultura do grupo de educandos, o que entendemos como primordial no trabalho da educação seja escolar ou social. Ademais, expressavam uma dificuldade grande na prática de sua função, pois para a maioria o primeiro contato com a Educação Social foi no próprio momento da atuação.

### **Ponderações sobre definições conceituais**

Na realidade brasileira, o termo Educação Social é fortalecido historicamente pela teoria da educação popular de Paulo Freire. Esta é entendida como a educação que se caracteriza por avocar direitos e posicionar-se contra a injustiça. Ela é compromissada com uma proposta emancipadora dos sujeitos e sua prática educativa é intencionalmente cultural, comunitária, política e pedagógica.

Hoje o uso da terminologia educação popular quase inexistente, e temos diversas adjetivações, sejam elas, educação não-formal, educação informal, entre outras, pois em geral a proposta da Educação Social tem como foco a atuação com os sujeitos *em situação de vulnerabilidade social*<sup>5</sup>. Contudo compartilhamos de um conceito mais amplo para nos apoiarmos como definição de Educação Social:

Por educación social entendemos una práctica educativa que opera sobre lo que lo social define como problema. Es decir, trabaja en territorios de frontera entre lo que las lógicas económicas y sociales van definiendo en términos de inclusión/exclusión social, con el fin de paliar o, en su caso, transformar los efectos segregativos en los sujetos. La educación social atiende a la producción de efectos de inclusión cultural, social y económica, al dotar a los sujetos de los recursos pertinentes para resolver los desafíos del momento histórico (NUÑEZ, 1999, p.26).

Ao se identificar um problema social gerado por tantas características do sistema social vigente que produz a injustiça, a desigualdade e a exclusão, o papel da educação social é potencializar o(s) sujeito(s) para que possam

---

<sup>5</sup> Atualmente estamos deixando de usar esta terminologia, pois considera-se que a vida do ocidente influenciada pelo capitalismo e neoliberalismo tem colocado os cidadãos em geral em situação vulnerável. Temos optado pela terminologia *peçoas com diretos violados*.

superar desafios e modificar seu contexto. Entendemos que é uma ação do tempo presente, olhando para o futuro e considerando o passado.

O Brasil com sua trajetória histórica, política, social, econômica e cultural promoveu e criou necessidades que geraram a educação social neste país, e tem se caracterizado principalmente por suas ações aleatórias em todo o território nacional, com ações nos diferentes Estados por meio de oficinas, projetos e programas, o que a tipifica basicamente como uma ação da prática, e justifica a escassa contribuição teórica brasileira nesta área e a limitação na formação dos sujeitos que nela atuam.

Entender a Educação Social como um direito e que conduza à emancipação social vem sendo um desafio na construção da teoria e também da prática, pois a educação como meio de se alcançar a emancipação, não diz respeito apenas à questão social, mas política, cultural e econômica, ou seja, para sugerir uma proposta de formação na área da Educação Social há que amparar-se em uma perspectiva transdisciplinar.

A situação do educador social no Brasil e a formação que este possui não estão sistematizadas ou reconhecidas legal nem legitimamente, pois não há lei que garanta critérios de formação e requisitos para se tornar um educador social. A profissão existe e é registrada pelo ministério do trabalho, existem ainda atribuições a este sujeito quanto a sua ação no ambiente de trabalho, contudo estas atribuições são formuladas pelos projetos, programas e instituições onde atuam os educadores. Não há curso para formá-los.

Existem atualmente discussões que adotam o termo Pedagogia Social, como uma área de formação para pedagogos sociais que atuariam também com pessoas com direitos violados. Na dissertação de Machado (2010), nos é apresentado um panorama da constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira.

Diferentemente do Brasil, a Educação Social na Espanha há pelo menos quatro décadas já vem sendo organizada e sistematizada, mas como nos coloca Núñez (2002), se apresentaram desafios para a implantação da proposta de formação para o educador social. Dentre os desafios expostos pela autora, estão as preocupações de articulação da ação social com outras práticas sociais, “[...] pois é necessário traduzir teórica, técnica e até

legislativamente as propostas, a fim de que seja possível atuar socialmente[...]" (NÚÑEZ, 2002, p. 34).

## Referências da Espanha

A proposta de formação em educação social da Espanha pauta-se no entendimento de que o educador social é um profissional capaz de construir o marco conceitual para a prática pedagógica em âmbitos sociais. Assim como no Brasil, a Espanha também foi marcada pelo pragmatismo inicial da educação social, porém, como nos mostra Núñez (2002), esta argumentação prática foi levada à criticidade e contribuiu para a elaboração da proposta teórico-prática de formação. E como deveria ser a formação do educador social? De acordo com Núñez:

La formación inicial há de dotar al estudiante tanto de recursos conceptuales como de metodologías de trabajo em relación a la transmisión de contenidos culturales; así también há de posibilitar su experimentación y confrontación en marcos institucionales del campo de la educación social (NÚÑEZ, 2002, p. 41).

Na formação inicial em educação social na Espanha, há a preocupação com a apropriação, por parte do estudante, ou futuro educador, dos conceitos e das metodologias para a transmissão do conteúdo que se fazem importantes e ainda da experiência prática, o contato com a educação social propriamente dita.

Na obra "*La educación en tiempos de incertidumbre: las apuestas de la Pedagogía Social*", Nuñez (2002) expõe uma proposta de conteúdos, estratégias e metodologias que podem contribuir para a formação inicial do educador social, organizada de maneira a relacionar os conteúdos teóricos fundamentais partindo de um reconhecimento do que se tem na prática, ou seja, propõe investigar e identificar o que as instituições, os espaços sociais e projetos/programas têm como necessidades, ou ainda, o que apresentam como elementos fundantes para a formação dos profissionais que ali atuam.

A autora entende que esta investigação dos espaços denominados por ela de "*instituciones contratantes*" é primordial para que se estabeleça um panorama da atualidade e das exigências desta profissão. É neste lugar da educação social que se pode reconhecer saberes que nenhum outro âmbito educacional proporcionaria. Assim, a proposta de formação inicial na Espanha

se organiza contextualizando, conceitualizando e selecionando os conteúdos do currículo em duas dimensões: a) núcleos teóricos fundamentais e b) aplicação técnico-instrumental.

Os núcleos teóricos fundamentais “[...] se tratam de elementos teóricos articulados, que permitem aos estudantes estabelecer pontos conceituais que proporcionam a busca, a seleção, organização e operacionalização de novos conhecimentos” (NÚÑEZ, 2002. p. 42). Esta proposta tem por intenção possibilitar aos estudantes o contato com as diferentes atividades que uma graduação poderia oferecer, além de articular diferentes propostas de estudo.

A aplicação técnico-instrumental é definida por ser uma proposta de diferentes espaços, tais como: seminários de aplicação dos diferentes conteúdos teóricos estudados; realização de práticas nas instituições de educação social. A função central das

[...] aplicaciones técnico-instrumentales puede ser formulada como: aspecto de la formación inicial del educador social que, tomando como referente las prácticas profesionales con las que contacta. Al estudiante, lo instruye acerca de las lógicas institucionales, le enseña cómo trabajar educativamente y le proporciona elementos para reflexionar sobre tales experiencias (NÚÑEZ, 2002. p. 44).

Ter acesso à realidade na qual se pretende atuar reverbera no estudante a responsabilidade e o compromisso que este deverá ter ao longo de sua formação. O contato com os espaços de atuação profissional faz com que o aluno aproxime e relacione a teoria e a prática, configurando sua práxis. Neste sentido, entre os conteúdos necessários à formação, a autora dá destaque às seguintes áreas: linguagem e comunicação; sujeito e seu contexto; arte e cultura; tecnologia; e jogos e esportes. O currículo exposto na obra em que organiza é demonstrado da seguinte maneira:

**Teoria geral:** sociologia e antropologia social; legislação e administração em educação social; política e economia social; psicologia social; psicologia do desenvolvimento.

**Teórico pedagógico:** Sociologia da educação; pedagogia social, análises de processos de exclusão social, educação permanente.

**Ação pedagógica geral:** didática geral, métodos de investigação socioeducativa, teoria e instituições contemporâneas de educação, intervenção



socioeducativa na ação social, prática, disciplinas optativas e disciplinas de livre escolha.

**Ação pedagógica específica:** programas de animação sociocultural, educação para a saúde, novas tecnologias aplicadas a educação social, prática, optativa e livre escolha.

Na Espanha a Pedagogia Social reconhece a Educação Social como seu objeto de estudo. É um curso que pretende assim:

[...] contribuir al desarrollo integral de las personas y de la convivencia social, afrontando necesidades y problemas que surgen em la vida; compartiendo objetivos y criterios de actuación que son propios de um trabajo social reflexivo, crítico y constructivo, mediante procesos educativos orientados a la transformación de la circunstancias que limitan la integración social de las personas, procurando una mejora significativa de su bienestar colectivo y, por extensión, haciendo más creíble la legítima aspiración de todos los ciudadanos a una mayor calidad de vida.(CARIDE apud NÚÑEZ, 2002, p. 108).

Na América Latina, o Uruguai é reconhecidamente o país mais evoluído na questão da assunção da educação social como política pública. Em 2005, no Congresso Mundial em Montevideu promovido pela AIEJ (Associação Internacional de Educadores Sociais) Alberto Perez Iriarte, um dos precursores da Educação Social no Uruguai vinte e cinco anos antes, dizia:

[...] el educador social en Uruguay, en el Uruguay de hoy, no puede hacer este trabajo mientras que no obtenga que su profesión, tenga el respeto académico que se merece. Y mientras que no sea reconocido por un diploma del nivel de Escuela Universitaria. [...] una práctica sancionada por un diploma del Estado. Y una clasificación salarial correcta. El Educador/a no podrá hacer este trabajo correctamente sin el reconocimiento del rol que la sociedad le adjudica (IRIARTE, 2005).

### **Desafios da Educação Social no Brasil**

Sendo a Educação Social uma temática em expansão no Brasil, entendemos que a área em formação tem muitos desafios a serem vencidos, a começar por ter que ser discutida pelos intelectuais da educação e das ciências humanas e sociais em geral. Dentro disso, um obstáculo é ultrapassar a velha máxima de que toda educação é social e essa seria uma redundância. Entendemos que a educação social tem sua especificidade quando se dispõe a

refletir, propor ações e intervir junto às populações com direitos violados. Desta forma, difere o seu foco da educação escolar, reconhecendo na escola o lugar de transmissão e criação de conhecimentos historicamente acumulados e nos lugares fora dela, espaços de educação e de conquista de direitos.

Teríamos também que vencer a concepção de que o social traz consigo uma aceção assistencialista, e assumir a filosofia política como um eixo fundamental do discurso a partir dos direitos humanos universais como ideal e em contraste com as manifestações da realidade.

Ainda, superar a ideia de que o voluntário ou técnico pode trabalhar com educação social. Quem deve trabalhar é um profissional formado na Universidade especificamente para a realidade onde vai atuar, considerando os aspectos técnicos somente uma parte de sua formação. É necessário que ele seja instrumentalizado teoricamente para a ação educativa/política que intencionalmente realizará.

Compreendemos a necessidade de uma formação que objetive a formação de um educador social comprometido e sensível à problemática da população com que atua. O educador social extrapola o papel de mediador do conhecimento e atua junto à população nas suas reivindicações, ensinando a pessoas e grupos, na prática e na teoria, a serem filósofos e políticos do seu tempo.

## **Inconclusões**

O fato de não concluirmos não significa que tenhamos somente incertezas. Ao contrário, a partir dos nossos estudos e práticas, estamos convencidas de que é necessária uma formação específica para o educador social, visto que deve existir um espaço institucional, formalizado nas leis educacionais que promova uma formação reflexiva permanente que se torna imprescindível para a ação do educador social, a fim de que este possa exercer um de seus papéis que, segundo Gohn (2009), consiste em ajudar a construir “[...] espaços de cidadania no território onde atua” (GOHN, 2009, p. 34).

Para tanto, precisa-se de um projeto pedagógico que estabeleça uma relação constante entre o referencial teórico estudado e a prática com a população com os direitos violados, construindo a partir da realidade suas próprias imagens e conceitos da ação educativa na educação social.

As inconclusões referem-se ao caminho árduo e incessante que deve ser empreendido para que a sociedade se caracterize como intencionalmente educativa de forma geral. Para isso, todos os espaços e populações devem estar incluídos nas políticas públicas.

As pesquisas em educação tem se referido, sobretudo, a temas urbanos. Faltam as populações ribeirinhas, da floresta, rurais, quilombolas e indígenas. E dentro do urbano, as diferenças entre as prioridades para adultos e crianças, e outras. Nesse sentido, para propor uma educação social factível, é necessário o diagnóstico de seus amplos aspectos. Os espaços e tempos da educação social devem ser discutidos e incorporados a partir da situação presente e concreta dos interessados, propondo a problematização da realidade, buscando as respostas tanto no âmbito intelectual quanto no âmbito prático. Portanto, a escolha dos elementos do conteúdo programático da educação social, não deve ser feita de forma unilateral, ela deve refletir as necessidades evidenciadas pela atual organização social.

Na seara das ciências sociais aplicadas a educação deve ampliar e intensificar seu papel de difusora dos conceitos estudados nas ciências básicas, tão importantes para clarificar os caminhos a seguir na busca da edificação de um mundo justo e solidário. A educação social é pensada para as pessoas e grupos do tempo presente, mas não deve significar um obstáculo para aquisições maiores da sociedade, e sim, deve servir de instrumento, dentre outros, para a conquista de graus maiores de justiça e liberdade para todos.

A educação social já está acontecendo como política pública, mas sem esse nome e sem os cuidados necessários. Como está em seu início, podemos assumi-la como um dispositivo a favor de nossas convicções. Senão vejamos: o PST (Programa Segundo Tempo) do Ministério dos Esportes, que, desde 2003, oferece pela política pública nacional esporte e lazer para crianças e adolescentes em todo o Brasil no contra turno escolar. Temos outro entre muitos exemplos possíveis. No Ministério da Educação temos o Programa Mais Educação, criado no ano de 2008, com o objetivo de ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas em escolas públicas por meio de diversas atividades ligadas ao meio ambiente, esportes e lazer, direitos humanos, cultura e artes, saúde, comunicação, tecnologia, dentre outros campos, para

crianças e adolescentes. A educação, neste programa, é entendida da seguinte maneira:

A educação que este Programa quer evidenciar é uma educação que busque superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola. A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais na sociedade, mas não devemos tomá-la como única instância educativa. Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos. É tentar construir uma educação que, pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

Em ambos os programas citados, a prioridade é a população empobrecida. Qual é o profissional que trabalha nestes locais? Alguns poucos professores formados e muitos estagiários. Em várias situações, acontecem dentro das escolas. Por que para as mesmas crianças que frequentam a escola de manhã se exige formação universitária e para a ação educativa à tarde não? Por isso os Programas devem acabar? Não. Devem ser qualificados? Sim.

São dois exemplos que evidenciam que a educação social já está caminhando no Brasil. Contudo, para que percorra as trilhas de uma educação com qualidade por meio de uma política pública nacional, é preciso, no mínimo, que os profissionais que nelas atuam tenham uma formação apropriada e o reconhecimento legal e social para que as ações educativas sejam otimizadas e sirvam como instrumentos na construção, com os sujeitos envolvidos, de uma sociedade mais justa e livre.

## Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-43, abr. 2009.

GRACIANI, Maria Estela Santos. **Pedagogia Social de Rua: Análise e Sistematização de Uma Experiência Viva**. 5<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

IRIARTE, Alberto Perez. **Congresso Mundial da Associação Internacional de Educadores Sociais**, Monteivéu, 2005. Disponível em: <

<http://albertoperezziarte.wordpress.com/2007/12/12/education-specialisee/> >. Acesso em 15 ago. 2011.

MACHADO, Érico Ribas. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira**. 2010. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis - SC. 2010. Disponível em: <[http://www.ppgeufsc.com.br/tese\\_di\\_detail.php?id\\_tese\\_di=334](http://www.ppgeufsc.com.br/tese_di_detail.php?id_tese_di=334)>. Acesso em: 10 de ago. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mais Educação**. Brasília: 2008.

MÜLLER, V. R. et al. **A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade**. Trabalho apresentado no XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL, Novembro, Florianópolis, 2010.

NATALI, Paula Marçal. **O Lúdico Em Instituições De Educação Não-Formal: Cenários De Múltiplos Desafios, Impasses E Contradições**. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR. 2009. Disponível em: <http://www.pitangui.uepg.br/propesp/ppge/?pg=paginas|dissert2009-html>. Acesso em: 10 ago. 2011.

NÚÑEZ, Violeta. **Pedagogia Social: cartas para navegar en el nuevo milenio**. Ediciones Santillana S. A. Buenos Aires, 1999.

\_\_\_\_\_. **La educación em tiempos de incertidumbre: lãs apuestas de La Pedagogía Social**. Gedisa editorial. Barcelona, 2002.

SOUZA, Cléia R. T. **O projeto futuro hoje em Maringá/PR: desafios da educação social rumo à política pública**. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

#### **Referências em meio eletrônico:**

Asociación de Educadores Sociales del Uruguay – ADESU. Disponível em: <<http://adesu.com.uy/>>. Acesso em 14 ago. 2011.

Asociación Estatal de Educación Social Barcelona. Disponível em: <<http://www.eduso.net/asedes/elportal/index.htm>>. Acesso: 12.08.2011.

Asociación Internacional de Educadores Sociales. Disponível em: <<http://aieji.net/>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

El portal de La Educación social – EDUSONET. Disponível em: <<http://www.eduso.net/foro/list.php?17>>. Acesso em: 12 ago. 2011.